

# ARGUMENTAÇÃO E LEITURA

**Samariene Lúcia Lopes Pillon (PPGL –UFSM)**

## RESUMO

*Neste estudo, busca-se mostrar a relação entre o desenvolvimento cognitivo e o trabalho com textos argumentativos, neste caso, a carta do leitor. As fases do desenvolvimento da capacidade de leitura serão relacionadas ao perfil do leitor da revista Veja, buscando-se mostrar que esse leitor, adulto, é o escritor das cartas argumentativas. Os estágios de leitura mostram que as pessoas só estão maduras para o trabalho com pensamento dialético, em geral, por volta dos 18 anos. Também será observada, nas cartas do leitor, a presença de diferentes tipos de raciocínio, como o dedutivo e o indutivo.*

## Introdução

A argumentação está presente no dia-a-dia das pessoas. Observando o uso da linguagem como instrumento de interação, como prática social, neste trabalho pretende-se analisar a relação entre desenvolvimento cognitivo da capacidade de leitura e habilidade com argumentação. A partir de que idade as pessoas estão maduras para o pensamento dialético? Que tipo de raciocínio elas usam para argumentar?

Com base na visão de psicólogos cognitivos, serão estudadas as fases do desenvolvimento cognitivo da capacidade de leitura, relacionando-as com a argumentação presente nas cartas do leitor da revista Veja, especificamente daquelas que comentam as colunas de Diogo Mainardi, colunista bastante influente na classe média brasileira. Qual é o perfil desse leitor? Qual é sua média de idade?

Este tipo de estudo é importante devido à frequência com que as pessoas utilizam a linguagem em seu dia, lendo e escrevendo textos, neste caso, especificamente textos argumentativos. A hipótese a ser provada por este estudo é que, normalmente, cartas argumentativas são escritas por leitores adultos, devido ao amadurecimento cognitivo.

### 1. Estágios de leitura

As habilidades de leitura e escrita são aprimoradas no decorrer da vida das pessoas. Alguns anos se passam desde a decodificação das primeiras palavras até a compreensão de conceitos abstratos ou de recursos argumentativos presentes em um texto escrito. Buscando explicar como ocorre esse processo, Farnham-Diggory<sup>1</sup> (1992, p.281-284) apresenta o modelo de estágios de desenvolvimento da capacidade de leitura, que foi elaborado por Jeanne Chall, da

Universidade de Harvard (Chall dividiu as fases com base na teoria de Jean Piaget).

Estágio 0 – *Pré-leitura* (nascimento até 6 anos): durante este período, crianças aprendem sobre muitos componentes de leitura. Vêm letras e palavras em outdoors, embalagens, etc. Algumas têm acesso a livros e até conhecem o alfabeto inteiro.

Estágio 1 - *Leitura Inicial ou decodificação* (6-7 anos): ocorre quando as crianças têm êxito para o princípio alfabético - o princípio de que letras ou grupos de letras representam sons falados. A criança tem que refletir sobre o sistema de símbolos.

Estágio 2 - *Confirmação, fluência* (7-8 anos): é uma consolidação do estágio 1. Durante a fase 2, o leitor domina o princípio alfabético e fica capaz de lidar com jogos de letras maiores. É a grande fase de prática. Em geral as crianças dessa fase ainda não têm capacidade de memória de trabalho para lidar com idéias e significado.

Estágio 3 – *Lendo para aprender* (9-14 anos): A decodificação está automatizada, agora começa a leitura para informação. Para adquirir conhecimento através da leitura, é preciso construir um programa especial na memória de trabalho. O estágio 3 é caracterizado pela aquisição e consolidação das estratégias básicas de leituras. (Os estágios 4 e 5 são caracterizados pela aquisição e consolidação das estratégias avançadas).

Estágio 4 - *Pontos de vista múltiplos* (escola secundária, 14-16 anos): a característica essencial da fase 4 é a habilidade para negociar múltiplos pontos de vista (multiplicidade de conhecimento: fatos, idéias, opiniões, discussões).

Estágio 5 - *Construção e reconstrução de uma visão mundial* (faculdade, acima de 18 anos): as estratégias analíticas da fase 4 foram automatizadas e a capacidade da memória de trabalho ficou disponível para formular uma síntese dos múltiplos pontos de vista. Nessa fase, as pessoas são capazes de discutir as idéias do autor de um livro e formular uma opinião pessoal sobre o que leram.

Como é possível verificar na divisão proposta por pela autora, os estágios mais avançados de leitura começam por volta de nove anos de idade. A partir dessa fase, de acordo com Chall<sup>iii</sup> *apud* Farnham-Diggory (p. 345-346), a criança passa a ter uma maior capacidade de memória de trabalho para a compreensão de estratégias. Porém, de acordo com esse modelo, esses pequenos leitores ainda percebem a informação a partir de um único ponto de vista. A característica essencial do estágio de leitura seguinte, que se inicia aproximadamente aos 14 anos, é a habilidade para lidar com múltiplos pontos de vista, manter um raciocínio lógico-argumentativo. Para a autora, essa é a fase ideal para o trabalho com multiplicidade de conhecimento, como fatos, idéias, opiniões, pontos de vista, para as discussões.

No estágio seguinte, que se inicia por volta dos 18 anos, as estratégias do estágio 4 estão sendo automatizadas, e o leitor já é capaz de fazer uma síntese de diferentes pontos de vista. Conforme Chall<sup>iii</sup> *apud* Farnham-Diggory (p. 345-346), agora já são trabalhados também a análise e o julgamento. O leitor faz avaliações sobre o que leu, como ele leu, fazendo um balanço da compreensão

das idéias lidas. A partir dessa fase, fortalece-se a habilidade de construção de conhecimento, com um alto nível de abstração e generalização, sendo possível a criação de uma “verdade” a partir das “verdades” dos outros.

## 2. Argumentação e leitura

Como visto na divisão de estágios de desenvolvimento da capacidade de leitura, proposta por Jeanne Chall, textos mais avançados, que exploram múltiplos pontos de vista, pensamento dialético, passam a ser compreendidos, em média, a partir dos 14 anos de idade. Chall mostra, também, que a síntese, a análise e o julgamento desses múltiplos pontos de vista só ocorrem de forma satisfatória por volta dos 18 anos, ou seja, trata-se praticamente de leitores adultos.

Dentro dos textos que trabalham com diferentes pontos de vista, com pensamento dialético, estão os textos argumentativos. Segundo Reboul (2004, p.37), “a dialética constitui a parte argumentativa da retórica”. Para o autor, argumentação não deve ser definida simplesmente como um conjunto ou seqüência de argumentos, mas não se pode definir argumentação senão a partir do argumento (2004, p.92).

Os textos argumentativos são aqueles em que se busca convencer, persuadir<sup>iv</sup>. Para Reboul (2004, p.XIV) “retórica é a arte de persuadir pelo discurso. Por discurso entendemos toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma seqüência de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido”.

Exemplo:

Tudo o que é ruim vicia, eu diria se quisesse ofender Diogo Mainardi, que até seus críticos (como eu) lêem compulsivamente. Mas não quero ofendê-lo. Quero apenas estimular as pessoas a lê-lo conscientemente. Mainardi não é veneno. É como o álcool, que pode ser usado para sair (só um pouco) do sério. Mainardi é diversão. Lê-lo é como ir ao circo. Se não existisse gente como ele, que tem o dom de fornecer à classe média desculpas para ser inconseqüente e alienada, não ficaria tão claro que tipo de postura diante da vida se deve combater. (E.G.- SP - carta do leitor, Veja, 28-07-2004, Coluna: Seria o caso de mudar para Cabul?)

Para Perelman (1996, p.1), “o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo”. Conforme o autor, uma argumentação eficaz é aquela que aumenta a intensidade da adesão, de modo a desencadear em quem ouve a ação pretendida, ou que, no mínimo, faça com que se crie uma disposição para a ação (1996, p. 50).

Exemplo:

Acredito que França e Brasil estejam errados em sua decisão sobre religião. Não se pode proibir pessoas de usar símbolos religio-

sos em escolas e muito menos obrigar alunos a estudar religião. Esse tipo de "repressão" causa discriminação e preconceito. Por exemplo, eu sou católica, mas meu filho é muçulmano (herança do pai, que também é muçulmano). Somos uma família sem preconceito religioso porque nós nos respeitamos e aceitamos nossas diferenças. (C.G., Inglaterra - carta do leitor, Veja, 25-02-2004, Coluna: O ópio de Garotinho)

### 3. Leitura de cartas do leitor e argumentação

As cartas do leitor são consideradas textos argumentativos, pois buscam, normalmente, mostrar um ponto de vista sobre determinado assunto, com o objetivo de convencer. De acordo com Heberle (1997, p. 151), a argumentação normalmente pode ser percebida quando uma pessoa fala ou escreve, pois *“ao realizar atos sociais por meio da linguagem verbal, tais como dar informações ou explicações, fazer avaliações ou expressar sentimentos, o escritor espera ter a adesão de seus interlocutores”*. Segundo a autora, quando isso ocorre na escrita, essas manifestações que apresentam uma carga argumentativa mais acentuada são chamadas *textos argumentativos*.

A carta do leitor é um gênero textual encontrado na maioria das revistas e jornais. Normalmente é um texto pequeno, situado logo nas primeiras páginas. Conforme Cabral (2002, p. 12), *“o gênero carta do leitor registra o posicionamento de pessoas da comunidade e das diversas instituições acerca de assuntos do momento”*. Muitas vezes as cartas do leitor são resumidas, por motivos de espaço ou clareza. Segundo a autora, as cartas são utilizadas pelos leitores *“para protestar, esclarecer, parabenizar, retificar, retratar-se, concordar, responder, treplicar”* (2002, p. 13). Conforme Passos (2003, p. 81), a carta do leitor *“é veiculada através dos meios de comunicação escrita, de circulação ampla ou restrita, tem caráter público, cumprindo importante função social na medida em que possibilita o intercâmbio de informações, idéias, opiniões entre diferentes pessoas de um determinado grupo”*.

#### 3.1 O perfil do leitor – escritor de cartas argumentativas

Como corpus para este estudo, foram selecionadas cartas do leitor publicadas na revista Veja no ano de 2004, entre 07 de janeiro e 15 de setembro, especificamente aquelas comentando as colunas de Diogo Mainardi, que semanalmente publica seus artigos em uma das páginas finais da revista, no caderno de *Artes e Espetáculos*. Como visto neste trabalho, o texto argumentativo é mais eficientemente compreendido por leitores adultos, em média a partir dos 18 anos. Para comprovar a relação entre leitura avançada e carta argumentativa, pode-se observar o perfil do leitor da revista Veja:

### Perfil do Leitor:

Idade

Sexo

Classe Social

66% têm entre 18 e 49 anos

homens: 47%

mulheres: 53%

Classe A: 28%

Classe B: 42%

Classe C: 21%

fonte: XLVII Estudos Marplan – 1º Semestre 2005

Total de Leitores: 4.253.000 (fonte:Marplan – 1º Semestre 2004)

Circulação:

Tiragem: 1248.000 exemplares

Circulação líquida: 1132.000 exemplares (fonte: IVC - ago/05)

Fonte dos dados: <http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=47>

Como pode ser visto na primeira parte dos dados do perfil do leitor, 66% destes têm entre 18 e 49 anos, o que mostra que são adultos em sua maioria. Com base na teoria estudada, verifica-se que o pensamento dialético é próprio das fases mais avançadas do desenvolvimento cognitivo. São esses leitores adultos que, motivados pelos textos publicados na revista, escrevem semanalmente cartas do leitor, utilizando pensamento dialético, criticando, mostrando seus pontos de vista ou concordando com opiniões publicadas.

#### **4. Argumentação e raciocínio**

Segundo Reboul (2004, p.162), uma primeira classificação dos argumentos foi proposta por Aristóteles, que os dividiu em indutivos (exemplos) e dedutivos (entimema). Para Sternberg (2000, p. 349) o raciocínio faz parte do processo de *“tirar conclusões a partir dos princípios e da evidência, passando do que já é conhecido a inferir uma nova conclusão ou a avaliar uma conclusão proposta”*. Dois seriam os tipos de raciocínio: dedutivo e indutivo. Conforme o autor,

o *raciocínio dedutivo* é o processo de raciocinar a partir de uma ou mais declarações gerais, com relação ao que é conhecido, para alcançar uma conclusão lógica certa, que usualmente envolve uma aplicação específica da declaração geral. Em comparação, o *raciocínio indutivo* é o processo de raciocinar a partir de fatos ou de observações específicas para alcançar uma provável conclusão que possa explicá-los; o raciocinador indutivo pode, então, usar essa provável conclusão para ten-

tar prever circunstâncias específicas futuras. O aspecto-chave que distingue o raciocínio indutivo do dedutivo é que não é possível alcançar uma conclusão lógica certa – apenas uma conclusão provável ou particularmente bem-fundamentada (2000, p. 349).

### 3.1. O raciocínio dedutivo

Conforme Sternberg (2000, p. 349), o raciocínio dedutivo baseia-se em proposições lógicas, que são usadas para se chegar a uma conclusão. Um dos principais tipos de raciocínio dedutivo é o *raciocínio condicional*, no qual conclusões são tiradas de proposições *se-então*. O modelo usual de proposições condicionais é “Se p, então q. Portanto, q”, denominado de argumento *modus ponens*, no qual o “raciocinador afirma o antecedente”. Pode-se também extrair outra conclusão racional a partir de uma proposição distinta: “Se p, então q. Não q. Portanto, não p” (nesse caso o “raciocinador nega o consequente.”). Algumas vezes um raciocínio condicional pode levar a conclusões falaciosas, não dedutivamente válidas.

Exemplo:

Dia após dia confirma-se que a educação de um povo é a base de seu crescimento. Se todos os brasileiros tivessem acesso à leitura de uma revista como VEJA e a colunas como a do Mainardi, certamente não teríamos tanta violência, corrupção, incompetência política. Enfim, não teríamos Lula de jeito nenhum! Abraços a todos os que fazem a melhor revista do Brasil. (C.P., SC - carta do leitor, Veja 26-05-2004, Coluna: Abstinência da razão)

Algumas pesquisas mostradas por Sternberg (2000, p. 352) apontam que as pessoas muitas vezes usam esquemas pragmáticos de raciocínio, que são “*princípios organizadores gerais – regras – relacionados a tipos específicos de objetivos, tais como permissões, obrigações ou causalidades; esses esquemas são, às vezes, referidos como regras pragmáticas*”. Essas regras são bastante gerais, podendo ser aplicadas a uma grande variedade de situações. Os esquemas pragmáticos de raciocínio são bastante úteis para ajudar a fazer deduções consideravelmente verdadeiras em determinadas situações em que as experiências anteriores ou o conhecimento de uma pessoa não pode afirmar tudo o que ela quer saber.

#### 4.1.1. O raciocínio silogístico

Um importante tipo de raciocínio dedutivo, segundo Sternberg (2000, p.353) é o raciocínio silogístico, do qual são tiradas conclusões a partir de duas premissas. “*As premissas são declarações sobre as quais é feito um argumento. Todos os silogismos abarcam uma premissa maior, uma premissa menor e uma conclusão*”. O primeiro termo da premissa maior é denominado *sujeito*, o segundo, *predicado* e o termo comum a ambas as premissas é chamado de *termo central*. Os silogismos podem ser de vários tipos, sendo dois dos mais importantes os silogismos lineares (a relação entre os termos é linear e envolve uma comparação quantitativa ou qualitativa) e os silogismos categóricos, no

qual “as premissas declaram alguma coisa sobre a condição de membros categóricos dos termos” (2000, p. 355). Um conhecido tipo de silogismo categórico são as afirmativas universais, declarações da forma “todos os A são B” (existem também as *negativas universais* – nenhum A é B – as *afirmativas particulares* – Alguns A são B – e as *negativas particulares* – Alguns A não são B).

#### 4.2. O raciocínio indutivo

O raciocínio indutivo, segundo Sternberg (2000, p. 362), é baseado nas observações das pessoas. Nesse tipo de raciocínio, não se pode chegar a uma conclusão logicamente correta, apenas a uma conclusão bastante forte ou muito provável. Não são fornecidas premissas claramente declaradas ou relações óbvias e corretas, mas sim fatos ou observações específicas. Esse raciocínio está baseado no método empírico, ou seja, “não podemos, sensatamente, escapar de dizer ‘todas as circunstâncias observadas de X são Y’ para dizer ‘portanto, todos os X são Y’”. As conclusões de um raciocínio indutivo não podem ser comprovadas, mas apenas sustentadas pelas evidências disponíveis, levando-se em consideração a probabilidade.

Exemplos:

Só mesmo quem nunca experimentou ou mesmo simplesmente observou os rigores dos treinamentos da prova seria capaz de escrever o que escreveu. Uma pequena interrupção no ritmo respiratório é difícil de ser recuperada, e a situação de Vanderlei foi agravada pelo impacto da surpresa hostil. Impossível afirmar que ele venceria a prova, mas é possível dizer que Vanderlei foi realmente um super-homem e sobretudo grandioso em sua humildade. (R.P.S., RJ - carta do leitor, Veja 15-09-2004, Coluna: O irlandês ajudou)

Agradeço a Diogo. A seu modo tenta mostrar que precisamos ser mais realistas e acabar de vez com esse ufanismo vira-lata. O Brasil é um país satélite, e precisamos encarar os fatos: medalhas em Olimpíadas não vão melhorar nosso IDH, e, no fundo, são um fraco paliativo para nossa baixa auto-estima. Futebol e Carnaval são cachaça para um povo pobre que não aprendeu sobre seu passado, não compreende o presente e não imagina seu futuro (J.G., RN - carta do leitor, Veja 15-09-2004, Coluna: O irlandês ajudou).

##### 4.2.1 Raciocínio por Analogia

O raciocínio indutivo não se aplica apenas a situações que exigem inferências causais ou categóricas, podendo ser aplicado também ao raciocínio por analogia. Neste raciocínio, conforme Sternberg (2000, p.365) o primeiro par de itens deve ser observado para, a partir dele, deduzir-se uma ou mais relações, que serão aplicadas na segunda parte da analogia.

Exemplo:

Desde que Diogo Mainardi começou a dedicar invariavelmente seus artigos à defesa de acusações pessoais, sua coluna passou a elucidar o comportamento intelectual do brasileiro em função da maneira como as pessoas decidem ignorá-lo ou odiá-lo. Assim como a imagem da virgem e o menino Jesus, por sua neutralidade e exaustão, não nos diz da vida dos mártires, mas, sim, da vida dos que com a imagem se relacionam, Diogo Mainardi parece exercer o mesmo efeito sobre aqueles que o criticam. Seu pessimismo previsível e vazio nos oferece um zero cartesiano para que possamos nos orientar em relação a nossa cultura. Mainardi é um chato, mas sua coluna é essencial. (V.M., EUA - carta do leitor, Veja 14-01-2004, Coluna: Abacaxi com caroço)

As analogias, assim como as metáforas, são bastante usadas em textos argumentativos. Para Lakoff apud Gentner (2001, p.206)<sup>v</sup>, metáforas não utilizam semelhanças existentes, mas criam semelhanças provendo estrutura para o domínio designado. Conforme Gentner, metáforas podem ser estruturalmente mais variáveis que analogias: elas podem ser parecidas em atributos ou em relações, podem até mesmo violar consistência estrutural. Metáforas incluem misturas complexas que combinam mapeamentos estruturais com metonímia e outros processos. A metáfora é freqüentemente usada para o moderno e comparações de assuntos não-literais. Outra dimensão de diferença é a função pragmática da linguagem figurativa. Metáforas são tipicamente usadas para propósitos expressivo-afetivos, e analogias para propósitos explicativo-preditivos. (2001, p.240).

Segundo Reboul (2004, p.185) “*raciocinar por analogia é construir uma estrutura do real que permita encontrar e provar uma verdade graças a uma semelhança de relações (...) na argumentação, as relações são simplesmente semelhantes*”. Em uma analogia há uma primeira relação, o tema, que é aquilo que se deseja provar, e uma segunda, o foro, que é aquilo que serve para provar. Normalmente o foro é retirado de um domínio concreto, e o tema é geralmente abstrato, devendo então ser provado. Conforme Perelman (1996, p.453) a metáfora pode ser descrita, “*pelo menos no que tange à argumentação, como uma analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema*”. Para Reboul, “*a analogia é um pouco redutora, no sentido de anular tudo o que a relação exclui. (...) É desse modo que se pode refutar a analogia*” (2004, p.186). Para Perelman (1996, p.425),

para haver analogia, tema e foro devem pertencer a áreas diferentes: quando as duas relações que confrontamos pertencem a uma mesma área e podem ser subsumidas por uma estrutura comum, a analogia é trocada por um raciocínio pelo exemplo ou pela ilustração, pois tema e foro fornecem dois casos particulares de uma mesma regra.

Também para Reboul (2004, p.186), em uma analogia, lida-se sempre com realidades heterogêneas, o que a faz diferir da comparação.

Exemplo:

O artigo "Meu conselho ao presidente" (24 de março), sobre o alcoolismo de Lula, está embriagador. O colunista deixou o humor de lado e escreveu com muita seriedade. O país é como um navio. Se o comandante está tomando pinga, em plena direção, é um perigo. E Mainardi aborda a questão com muita lucidez. Foi um de seus melhores textos. Agora fico pensando: será que Lula está agindo assim para esquecer os problemas que não pode resolver? (C.R., PB – carta do leitor, Veja 31-03-2004, Coluna: Meu conselho ao presidente)

A partir dos exemplos observados, pode-se verificar que, na organização argumentativa das cartas do leitor estão presentes raciocínios dedutivos e indutivos. Dentro do raciocínio indutivo, o raciocínio por analogia é bastante utilizado como técnica argumentativa escolhida pelos autores das cartas.

### **Considerações finais**

Neste estudo, buscou-se mostrar as fases do desenvolvimento cognitivo propostas por Jeanne Chall, para verificar em qual delas as pessoas estariam amadurecidas para o pensamento dialético. A partir dessa divisão por estágios, observou-se que, normalmente, as pessoas só estão maduras para utilizarem a argumentação de forma eficiente a partir dos 14 anos, em média. Entretanto, o trabalho de análise, síntese e julgamento de múltiplos pontos de vista só se inicia, em geral, por volta dos 18 anos.

Usando a carta do leitor da revista Veja como base, analisou-se o perfil do leitor dessa revista, para verificar se estava de acordo com as fases do desenvolvimento cognitivo. Como foi visto, a maioria desses leitores, e conseqüentemente, dos autores dessas cartas argumentativas, são adultos.

Ainda relacionando carta do leitor e desenvolvimento cognitivo, observou-se os principais tipos de raciocínio, verificando a presença destes nas cartas do leitor. Muitas cartas utilizam o raciocínio dedutivo, outras, o indutivo e, dentre estas, diversas vezes se encontra o raciocínio por analogia como técnica argumentativa escolhida para defender um ponto de vista.

### **BIBLIOGRAFIA**

CABRAL, S.R.S. **Estrutura textual e transitividade**: a carta do leitor como construção da experiência. 124f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001

FARNHAM-DIGGORY, Silvia. **Cognitive process in education**. Nova York: Harper Collins, 1992.

GENTNER, Dedre et al. Metaphor is like analogy. In: Gentner, D., Holyoak, K.J., Kolinov, B.N. (eds.). **The analogical mind: perspectives from cognitive science**. Cambridge MA: MIT Press, 2001.

HEBERLE, V.M. Substantivos anafóricos. In: MEURER, J.L. & MOTTA-ROTH, D., organizadores. **Parâmetros de textualização**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997.

PASSOS, C. M. T. V. dos. As Cartas do Leitor nas revistas Nova Escola e Educação. In: DIONÍSIO, A. P. & BESERRA, N. S. (org.). **Tecendo textos, construindo experiências**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Revistas **Veja** do ano de 2004.

STERNBERG, Robert J. **Psicologia Cognitiva**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

**SITE:** <http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=47>

---

<sup>i</sup> Tradução minha.

<sup>ii</sup> Tradução minha.

<sup>iii</sup> Tradução minha.

<sup>iv</sup> Muitos autores afirmam que há diferença entre convencer e persuadir, mas esta distinção não será abordada neste estudo, até porque, segundo Perelman (1996, p. 33) essa distinção é sempre imprecisa e deveria permanecer assim. Dessa forma também pensa Reboul (2004, p. XV): “Até segunda ordem, renunciaremos a essa distinção entre convencer e persuadir”.

<sup>v</sup> Tradução minha.